



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LUCINÉLIA LIMA DE MOURA

A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

LUCINÉLIA LIMA DE MOURA

A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

LUCINÉLIA LIMA DE MOURA

A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

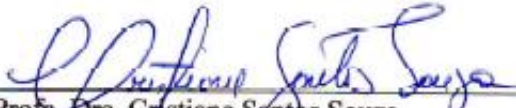
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em, 19/12/2017

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Claudilene Maria da Silva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Profª. Dra. Cristiane Santos Souza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof. Dr. Bruno Amaral Andrade
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho aos meus pais, esposo, avó e aos meus irmãos, que sempre me apoiaram na minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, Pai, o centro da minha vida por permanecer comigo a cada instante, fortalecendo e renovando minha esperança Nele. Sem Ele a minha jornada não teria sentido.

Aos meus pais pelo apoio, companheirismo, incentivo, dedicação, carinho, por cada palavra de motivação, pela preocupação diária. Sem vocês eu não teria conseguido.

Ao meu esposo que de maneira especial sempre me deu força para continuar. Obrigada pelo apoio, companheirismo e preocupação com a minha formação. Sei que posso contar com você.

A minha avó que não poderia faltar. Sem palavras para agradecer a ela que dedicou horas em oração para que tudo desse certo.

Aos meus irmãos, Lucilene e Luís Bruno, que estão sempre ao meu lado, sejam nos momentos bons ou nos mais difíceis. Vocês completam minha existência.

A minha orientadora Claudilene da Silva pela atenção e dedicação.

A todos os professores, funcionários, técnicos da UNILAB meus sinceros agradecimentos pela troca de conhecimento e parceria por longos trimestres e semestres juntos.

Aos amigos verdadeiros que acreditaram no meu potencial e na minha dedicação aos estudos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	9
2.1	OBJETIVO GERAL	9
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3	JUSTIFICATIVA	10
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
4.1	DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS: O DIREITO A DIFERENÇA	12
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
6	CRONOGRAMA	18
7	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	19
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

O foco de pesquisa deste projeto é a educação de surdos na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia. São Francisco do Conde, terceiro município do Recôncavo Baiano, guarda um grande patrimônio do Brasil Colonial, possui um grande patrimônio cultural e uma diversidade de etnias presente no cotidiano da cidade.

Embora com dificuldades, o município de São Francisco do Conde tem tentado trabalhar a educação inclusiva, e especialmente ao que se refere a a educação de surdos, realizou recentemente o I Encontro dos surdos da cidade, que teve como objetivo de refletir a importância das LIBRAS na aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos e a valorização da cultura surda o contexto escolar e social.

As vivências como professora na rede de ensino da cidade motivou a escolha por este tema. As experiências vividas em uma escola pública da referida cidade com relação aos estudantes com necessidades educativas especiais, sobretudo com os estudantes surdos desperderam a busca por conhecer a cultura surda e a pensar nas práticas pedagógicas vivenciadas na sala de aula .

Pensar no projeto político pedagógico das escolas no que diz respeito aos surdos, pois não basta somente que a inclusão aconteça, é preciso que as necessidades dos discentes com problemas auditivos sejam atendidas no âmbito escolar e social. As pessoas surdas ao longo da história foram tratadas como deficientes, sem capacidade de realizar suas atividades diárias, muitas vezes demonizadas pela igreja, tendo restrições de alguns direitos como cidadãos. Conhecer a história dessas pessoas nos proporciona uma reflexão sobre a educação atual com relação aos direitos que nos assistem e, sobretudo a comunidade surda.

No que diz respeito aos alunos surdos é necessário que os professores tenham alguns conhecimentos sem os quais ocorrerão dificuldades em promover o ensino aprendizagem. Por isso, é preciso pensar num processo de inclusão em que se possa gerar e propiciar de fato o convívio entre surdos e ouvintes de forma que traga benefícios para todos, sabendo conviver com as limitações e dificuldades do outro. No contexto educacional que vivemos hoje temos salas superlotadas e sem estrutura para incluir alunos com tais limitações. E, sobretudo tudo professores que não possuem habilidades para lidar com as múltiplas diversidades em sua sala de aula e acabam muitas vezes excluído esses alunos do processo socialização e o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas. Como já presenciei algumas vezes, os alunos

surdos fiquem em sala de aula praticamente como copistas, sem ter noção da sua realidade, sentindo-se cada vez mais distantes do contexto social e educacional em que estão inseridos.

Na perspectiva escolar é necessário programar ações que possam atender todos os alunos regularmente matriculados na rede de ensino, seja ela pública ou particular. Proporcionando aos educandos ações que façam sentido no seu convívio em sociedade, e que tais ações sejam estimuladoras, levando-os a exercitar suas habilidades em todos os âmbitos sociais. A escola não tem o papel de segregar o que muitas vezes acontece neste ambiente, pois aos alunos com surdez ficam isolados com o grupo ou colegas com a mesma deficiência. Seja por inexperiência do professor ou porque as práticas pedagógicas não dialogam com a realidade do educando surdo. Conforme Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial.

A discriminação e preconceito estão fortemente inseridos nas escolas, os alunos portadores de necessidades educacionais especiais não encontram apoio e suporte na maioria dos espaços educacionais onde o respeito, a tolerância e a igualdade mesmo na diversidade deveriam acontecer. O que se nota é uma evasão escolar significativa desses alunos com tais limitações porque se sentem excluídos dentro desses espaços.

Os educandos com deficiência auditiva precisam de escolas com recursos, materiais didáticos adequados, professores, gestão escolar, discentes e funcionários habilitados para atender NEE nas escolas e seu currículo adaptado para tais alunos. Poker (2001) afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

A escola inclusiva é um desafio, pois os sistemas pouco ou nada fazem, a inclusão exige modificações profundas, que demandam ousadia, prudência, política efetiva, oferecendo as crianças com deficiências diversas educação de qualidade para que seja uma escola única e democrática. (BUENO, 2001,p.27). Segundo Silveira e Souza (2011, p.38), o resultado é que mesmo estado em sala de aula, muitos alunos com necessidades educativas especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles – e eles não conseguem dar continuidade aos estudos.

Neste projeto optamos por nos referir as pessoas surdas por meio da expressão “pessoas com necessidades educativas especiais”, pois no contexto educacional, que é nosso foco de pesquisa, é a expressão mais empregada, uma vez que engloba pessoas com deficiência ou

que precisam de atendimentos especializados no ambiente escolar. Correia (1999), afirma que:

há uma necessidade educativa especial: quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada (CORREIA, 1999, p. 36).

Diante do exposto, desejamos voltar nosso olhar para as necessidades educativas especiais, de estudantes com surdez no município de São Francisco do Conde, a fim de construir um panorama da educação dos estudantes com surdez na cidade, que aponte as dificuldades, mas também identifique formas de avançar para a superação desse processo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar e problematizar as práticas pedagógicas de uma escola pública em São Francisco do Conde voltadas aos estudantes surdos dos anos finais do ensino fundamental.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar o papel da escola na formação escolar e social dos estudantes surdos;
2. Identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes surdos na interação e socialização no âmbito escolar;
3. Mapear as práticas pedagógicas da escola para inserir os estudantes nas atividades escolares.

3 JUSTIFICATIVA

O atendimento diferenciado destinado as pessoas com deficiência auditivas é um grande legado deixado desde o período do Renascimento. Mesmo estas pessoas sendo consideradas seres possuídos por maus espíritos, naquele período, Silva (1987) relata:

Cardan inventou um código para ensinar os surdos a ler e escrever, à semelhança do futuro código e leitura Braille para os cegos que surgiria apenas no século XIX. Foi Cardan quem influenciou do monge espanhol Pedro Ponce de León (1520 a 1584) , muito dedicado à educação dos deficientes auditivos e que nunca escreveu sobre seu método de trabalho (SILVA, 1987, p. 228).

Quanto aos surdos, no início do século XVIII percebeu-se a necessidade de um alfabeto manual para que também eles pudessem se comunicar, entender e serem entendidos. Em 1755, Charles Michel Epée fundou em Paris uma escola para educar surdos através dos sinais, ensinando por meio dos olhos o que todos entendiam pelo som (SILVA,1987).

O autor Silva (1987) nos traz alguns marcos históricos de construções importantes, dentre eles destacando:

Em 1815,em Harford,Connecticut,foi organizada uma sociedade para a instrução de surdos que tomou a sábia iniciativa de levantar fundos para mandar o jovem professor Thomas Hopkins Gallaudet a Europa para aprender métodos comprovados de ensino para surdos. Chegou a estudar o método de sinais na escola do Abade Sicard, em Paris, e em 1816 voltou aos Estados Unidos com um professor surdo: Laurente Clerc (SILVA, 1987 p. 273).

De acordo com Felipe (2006, p.45), a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4ª, 58, 59 e 60, garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional. Contudo, isso não tem sido uma realidade nas nossas escolas. Um marco também muito importante na educação dos surdos foi o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta o estudo de Libras de nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Que estabelece a Libras como língua oficial no país.

Levando em consideração à trajetória histórica das pessoas com Necessidades Educativas Especiais, percebe-se que a exclusão é um fator predominante nas escolas com relação às pessoas que necessitam de práticas pedagógicas diferenciadas por conta de uma deficiência auditiva. Ao revisitarmos a história da Educação Inclusiva podemos perceber alguns avanços, entretanto, não alcançamos ainda uma escola igualitária, sem preconceito e

discriminação em relação à diversidade e especificidade existentes no contexto escolar. Conforme Skliar (1999) alegam que o modelo excludente da Educação Especial está sendo substituído por outro, em nome da inclusão que não respeita a identidade surda, sua cultura, sua comunidade.

A exclusão dos alunos com surdez muitas vezes acontece na escola por falta de meios pedagógicos que possam colaborar na participação e aprendizagem de tais alunos na sala de aula. É preciso que os professores conheçam e pratiquem na sala de aula a Língua de Sinais, porém somente isso não é um método satisfatório para o desenvolvimento de um aluno com surdez. A escola pode praticar e investir em práticas pedagógicas que façam sentido para todos os alunos, inclusive os alunos surdos. Conforme Bueno (2001:41) é preciso ultrapassar a visão que reduz os problemas de escolarização das pessoas com surdez ao uso desta ou daquela língua, mas sim de ampliá-la para os campos sócio políticos.

Na lei nº 9.394/96 no artigo 60, temos anunciada “alternativa preferencial a ampliação do atendimento ao deficiente na própria rede pública de ensino, que ocorrerá independente do apoio previsto à iniciativa privada” (KASSAR, 1999, p.37). No que se refere à compreensão de que este necessita de um atendimento especializado, com professores especializados:

As Diretrizes e Base da Educação Nacional, em Artigo 59, determina que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (MELETTI, 2010 , p .2)

O termo “necessidades educacionais especiais”, foi citado na Declaração de Salamanca (1994 , p. 3). A priori, o termo mostra-se como um conceito ampliado que abarca não apenas alunos portadores de deficiências, como qualquer um que apresente dificuldades no processo de aprendizagem, contudo no decorrer do texto encontra-se o termo necessidades educacionais especiais como sinônimo de deficiência (BUENO e MELETTI, 2011).

Atualmente, já se tornou realidade nas redes públicas de ensino, alunos com necessidades especiais frequentarem a escola em sala de aulas com inclusão. Isso é importante para que, “independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, possam se desenvolver social e intelectualmente na classe regular” (BENITE,BENITE,PEREIRA,2011, p.48) . Percebemos alguns progressos com relação às pessoas com necessidades educativas especiais, porém torna-se possível detectar algumas falhas na rede de ensino da escola pública com relação as práticas pedagógicas aplicadas a sala de aula e a socialização dos alunos surdos com os ouvintes o contexto escolar .

De acordo com Silva e Retodo (2008) citandom Bueno (1999) :

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido o ensino regular, na medida em que têm calçado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem (SILVA E RETONDO, 2008, p.28).

Tive a oportunidade de conversar com alguns estudantes surdos no I Encontro dos surdos na cidade de São Francisco do Conde, que foi realizado no Instituto Municipal Luiz Viana Neto no dia 23 de novembro de 2017. O Encontro teve o objetivo de refletir a importância das LIBRAS na aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos e a valorização da cultura surda o contexto escolar e social. Este evento foi realizado pela Gerência de Educação Inclusiva/Núcleo Bilíngue de LIBRAS, da Secretaria Municipal da Educação (SEDUC). As pessoas com necessidades educativas especiais apontaram aspectos relevantes no que diz respeito à socialização na escola e, sobretudo a sala de aula, como a falta de conhecimento da maioria dos professores em lidar com os alunos surdos e a falta de recursos tanto físico e didático para atender as necessidades deles na escola. Em muitos dos discursos era perceptível à falta de motivação em estar na sala de aula ou voltar a estudar, que desafiaram e desafiam a continuidade do processo de escolarização. Diante dessas afirmações, é possível identificar alguns problemas nas práticas pedagógicas aplicadas nas salas de aula e a falta de interesse do corpo docente e gestão escolar em fazer realmente da escola um lugar de todos e para todos.

Ainda há muito que ser feito para que todos os cidadãos vivam numa sociedade igualitária sem segregação, exclusão ou abandono. Ter uma aceitação na sociedade é direito de todos independente de sua condição.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS: O DIREITO A DIFERENÇA

Ao longo da história foram criadas várias representações para as pessoas com deficiência. Essas representações foram construídas determinando o lugar desse sujeito na sociedade. Entretanto, tais marcações dependiam da cultura, crença, religião, contexto social,

entre outras coisas. Mas como podemos definir uma pessoa com deficiência? Segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com deficiência (2012, p.26):

as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

As pessoas com deficiência em vários períodos da história foram marginalizadas, segregadas, excluídos, sem qualquer forma de proteção, atendimento, segurança e educação. Dependendo da sociedade em que estavam inseridos tinham suas vidas ceifadas ou sofriam discriminação e preconceito, viviam à margem da sociedade, não podiam conviver com os ditos “normais”. A família também não aceitavam filhos em tais condições, abandonando-os em hospícios ou asilo. Tinham os seus direitos negados de forma arbitrária, não podiam conviver em sociedade por conta de sua condição física ou psicológica, eram vistos sem habilidades e capacidade de sobrevivência.

Alguns termos foram utilizados como marcadores de identidade caracterizando as pessoas com necessidade especiais, como “incapacitados”, “diferentes”, “demoníacos”. As pessoas citadas não eram consideradas habilitadas para trabalharem e prover o próprio sustento. Em alguns países crianças eram mortas porque nasciam com algum tipo de deficiência e tais práticas eram aceitas normalmente naquele contexto social.

Ao olhar a trajetória histórica podemos notar que na era pré-cristã os portadores de necessidades especiais tinham seus direitos usurpados, uma ausência total de seus direitos como cidadãos resultando no abandono, na exclusão social e familiar. Os relatos de atitudes que as civilizações da Antiguidade tomavam quando se tratava de pessoas com deficiência, dão relevância a duas formas diferentes de se lidar com doentes, idosos ou deficientes físicos e mentais: ou eram aceitas, toleradas e apoiadas, ou eram menosprezadas, eliminadas e destruídas (CARMO, 1991).

No período da Idade Média eles eram vistos como endemoniados e portadores da ira de Deus, por este motivo eram submetidos a diversas práticas religiosas e alguns rituais De acordo com Otto Marques da Silva (1987): “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade” (SILVA, 1987, p. 21). Desde os primórdios existiam pessoas que necessitavam de cuidados especiais.

Segundo Corrêa (2010), a partir da difusão da igreja cristã, a religião passou a assegurar a salvação e a felicidade para todos que tratassem seus semelhantes com amor e com bondade, ocasionado a caridade cristã. A opção intermediária é a segregação: “não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença” (PESSOTI, 1984, p.24). O extermínio foi banido com ressalvas, se fosse constatado que aquela pessoa com necessidades especiais fosse possuída por demônio o extermínio era aceito.

Por volta do século XVI, a pessoa com deficiência tinha seu destino selado pelos médicos e filósofos que detinham o poder de decisão em relação às pessoas com deficiências mentais mostrando que elas tinham necessidades que somente os médicos tinham habilidades para resolver. A igreja já não era mais a detentora do poder de decisão com relação à vida dos deficientes, sim a medicina. Tais pessoas eram encaminhadas para hospitais psiquiátricos com tratamento específico para cada deficiência. Entretanto, esses locais eram como um local de aglomeração de pessoas com deficiências. Segundo Aranha (1994, p. 285), tais hospitais são considerados como “locais para confinar, mais do que para tratar os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade”.

No Renascimento que se iniciaram os primeiros direitos das pessoas com deficiência que de alguma forma foram excluídas da sociedade, quando a medicina se firmava na área de cirurgias, uma filosofia mais humanistas que aos pouco se findava na história tão intensas das pessoas com deficiência da época (SILVA,1987). Foi a partir deste movimento que começaram a surgir algumas melhorias no tratamento das pessoas com deficiência, passaram a buscar respostas para os problemas enfrentados por elas.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 começou a surgir outras nomenclaturas. Inicialmente “pessoas portadoras de deficiência”, depois para eliminar qualquer valor agregado a pessoa, mudou-se para “pessoas portadoras de necessidades especiais” e atualmente a nomenclatura mais utilizada é pessoa com deficiência favorecendo a inclusão social (ZAVEREZE, 2009).

Maria Ângela Corrêa (2010) ao discutir a história da educação especial mostra as que a mudança de nomenclatura, não alterou as condições de vida das pessoas com deficiência:

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidade especiais, da Antiguidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham outra alternativa senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente naquela época (CORREIA 2010, p. 16).

O mundo está em constante transformação, porém a segregação a qual a pessoa com deficiência é submetida, ainda permanece em sociedades diversas.

De acordo com Fávero (2007.p.22):

junto com a contestação do termo “portador”, concluiu-se que o melhor seria o “com”: pessoa com deficiência. Quanto mais natural for o modo de se referir à deficiência, como qual outra característica da pessoa, mais legitimado é o texto. E também não é preciso falar ou escrever sempre da mesma forma. Para facilitar e não se pensar que é necessário usar sempre o mesmo termo- “pessoa com deficiência”, sugerimos como variações “pessoa que possui deficiência” ou “que tem deficiência”, “que adquiriu”. Além disso, sugerimos que se use o termo deficiência aliado a pessoa da qual se está falado no momento.

Em 1994, decorreu em Salamanca uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais - NEE donde surgiu uma declaração de princípios para a educação de crianças e jovens com NEE. A Declaração de Salamanca define crianças com NEE, como:

crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou as que trabalham, crianças de populações remotas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de grupos desfavorecidos ou marginais, bem como, todas as que em algum momento do seu percurso escolar mostrem dificuldades de aprendizagem (1994, p. 6).

Madureira & Leite, citando Casanova (1990) entendem que as necessidades educativas especiais são “aquelas que têm certos alunos com dificuldades maiores que o habitual e que precisam, por isso, de ajudas complementares específicas” (2003, p. 30). De acordo com os autores, estas situações onde são evidentes dificuldades de aprendizagem, ou seja, o acesso ao curriculum oferecido pela escola exige um atendimento especializado, de acordo com as características específicas do aluno.

Ainda, segundo Correia (2008, p. 45):

As crianças ou adolescentes com necessidades educativas especiais têm, como quaisquer outros alunos, direito a um programa de educação público, adequado e gratuito, num meio de aprendizagem o mais apropriado possível, que responda às suas necessidades educativas e ao seu ritmo e estilos de aprendizagem. Assim, a escola deve estar preparada para dar uma resposta eficaz à problemática do aluno com NEE, de acordo com as suas características, capacidades e necessidades.

Assim, fica evidenciado que as pessoas surdas, são pessoas com deficiência auditiva, mas que na condição de estudantes também são pessoas com necessidades educativas especiais, foco que queremos privilegiar.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto de pesquisa visa analisar as práticas pedagógicas de uma escola pública em São Francisco do Conde voltadas aos estudantes surdos dos anos finais do ensino fundamental, a fim de construir um panorama da educação dos estudantes com surdez na cidade, que aponte as dificuldades, mas também identifique formas de avançar para a superação desse processo.

Como já afirmei anteriormente, o município de São Francisco do Conde está localizado no estado da Bahia e é banhado pela Baía de Todos os Santos, como pode ser visto na imagem a seguir:

Figura 1 - Vista da Cidade de São Francisco do Conde



Fonte: Pró Saúde- São Francisco do Conde (2017).

Uma cidade também marcada pelas diversas manifestações culturais que foram passadas de geração a geração, tais como: Capabode, Careta, Lindromar, Menino de Lama, Mandú , Bumba meu boi, Paparutas, entre outras manifestações. Conforme o Censo de 2010 com uma população estimada em 41.220 A cidade possui 90% da população negra, de acordo com o IBGE.

Os estudantes com surdez em São Francisco do Conde sofrem com a falta de preparo de alguns professores no que diz respeito às práticas pedagógicas vivenciadas na sala de aula, sofrem também com a falta de preparo da gestão escolar em incluir de fato esses alunos no contexto educacional e com falta de recursos apropriados para somar didaticamente no desenvolvimento escolar dos estudantes com necessidades educacionais especiais, sobretudo os estudantes surdos matriculados regularmente na rede pública da cidade. Vale ressaltar a superlotação das salas de aula e salientar sobre o preconceito e a discriminação que esses estudantes surdos sofrem pela não aceitação da diferença no âmbito escolar.

Para construir tal panorama sobre a educação de surdos na cidade, é de suma importância perceber a visão da sociedade sobre as pessoas com deficiência de forma geral e as pessoas com surdez em especial, no contexto histórico, social e educacional. E em seguida discutir como a escola trata com essa diversidade, em seu cotidiano.

Assim, a pesquisa será realizada em uma escola situada no centro da cidade de São Francisco do Conde, que atenda aos anos finais do ensino fundamental. Já identificamos que há uma escola no município no segmento citado, que tem se tornado referência no atendimento de estudantes surdos, com isso será possível identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência auditiva na interação e socialização no âmbito escolar e permitirá mapear as práticas pedagógicas aplicadas pela escola para inserir os alunos nas atividades escolares.

Para alcançar os objetivos utilizaremos como procedimentos metodológicos as seguintes estratégias: a pesquisa bibliográfica, a observação do cotidiano da escola, além de entrevista e a análise de documentos, como estratégias complementares.

De acordo com Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

E, por fim, a observação das práticas pedagógicas realizadas nas escolas, buscando mapear os procedimentos e estratégias utilizadas. Segundo Gil (1999) a observação “constitui elemento fundamental para a pesquisa”, pois é possível delinear as etapas de um estudo: formular o problema, construir a hipótese, definir variações, coletar dados e etc. De acordo

com Gil (1999) e Sommer & Sommer (2002) consideram a observação como um método de investigação e pode ser utilizada como etapa complementar a outros procedimentos investigativos. Entretanto, para este projeto é a parte principal, pois observaremos de fato as práticas pedagógicas vivenciadas na sala de aula com relação aos estudantes surdos e a socialização dos mesmos o contexto escolar. Uma vez que, para entender a realidade vivida pelos alunos com deficiência auditiva na escola pública em São Francisco do Conde, faz-se necessário entender a sua realidade escolar.

As entrevistas serão utilizadas para identificar os documentos existentes na secretaria de educação da cidade, que orientam a educação de surdos, e também pensamos em fazer entrevistas com os estudantes para identificas as dificuldades dos mesmos com relação à escola. Conforme Salvador (1980) apud Ribeiro (2008), a entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual nos servimos constantemente, e com maior profundidade, os pesquisadores das áreas das ciências sociais e psicológicas.

Afirma o autor, que recorreremos à entrevista sempre que temos necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes serem fornecidos por determinadas pessoas.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. ROSA; ARNOLDI (2006, p17).

Portanto, todos esses procedimentos contribuirão no desenvolvimento do projeto de pesquisa, colaborando na coleta de informações para o enriquecimento do tema e conclusão da pesquisa.

6 CRONOGRAMA

Consideramos o cronograma do projeto de pesquisa com duração de dois semestres, que servirão como divisão das diversas partes de execução do mesmo e para orientar o tempo limite para elaboração e conclusão da pesquisa. Estabelecendo desta maneira as principais ações para o desenvolvimeto do trabalho. Segue cronograma previsto:

ATIVIDADES	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês
Pesquisa Bibliográfica	X	X								
Observação			X	X	X					
Entrevista					X	X				
Coleta de outras Informações							X			
Análise de dados					X	X	X			
Elaboração de relatório final							X	X	X	
Preparação para Defesa e Defesa									X	X

7 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Pensando na necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os assuntos expostos neste projeto de pesquisa, faz-se necessário uma pesquisa bibliográfica mais detalhada, especialmente, sobre educação inclusiva e prática pedagógica.

Assim, nos debruçaremos sobre os textos a seguir:

ROSANA; GLAT. **Educação Inclusiva : Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SOUZA, João Francisco. Prática Pedagógica e Formação de Professores. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Maria Eliete (Orgs.). **Formação de Professores e Prática Pedagógica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, Claudilene. **Práticas pedagógicas de valorização da identidade, da memória e da cultura negras: a volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento.** Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB 9394). Brasília, DF, Diário Oficial da União, n.248 de 20/12/1996.
- BUENO, J.G.S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
- CORREA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.
- SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada : a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.
- CARMO, Apolônio A. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina**. Brasília: Secretária dos Desportos, 1991.
- POKER, Rosimar Bortolini. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional**. UNESP, 2001.363p. Tese de Doutorado
- SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. 2 v.
- DORZIAT, Ana. **Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. n° 9, p. 24 -29, janeiro,junho,1998.
- _____. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. 117 p. Tese de Doutorado.
- FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga de. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade da diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- FELIPE, Tanya A. Políticas públicas para inserção das LIBRAS na educação de surdos. In: **Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES**. N° 25/26, JANDEZ./2006, P.33-47
- Correia, L. (1999). **Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto Editora.
- Fonseca, J. J. S. (2002). **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. [Apostila.]
- SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. 2 v.
- UNESCO (1994). **Educação para todos: declaração de Salamanca, Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO.